



Disciplina

METODOLOGIA DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA: ECONOMIA E SOCIEDADE

Mín. Alunos:

Máx. Alunos:

Horário:

Segunda-feira: 14:00 - 17:20

2024-01

Vagas PPGH:20

Vagas Ext:10

Professor Responsável: Manoela da Silva Pedroza

Sala:

Ementa

OBJETIVOS

Este curso tem por objetivo questionar alguns modelos de desenvolvimento histórico aparentemente neutros, mas contaminados de preconceitos. Devemos questionar a ideia amplamente disseminada que a propriedade privada da terra é algo absoluto, a-histórico e símbolo per se da evolução e do progresso. Por isso, começaremos por evitar o uso do termo propriedade como um referente ideal, fetiche, abstrato, e preferiremos o uso da expressão direitos de propriedade, que suscita a questão sócio histórica de quem os possui e recorda-nos do caráter convencional, plural, aberto e mutante desses direitos.

Nesse curso gostaríamos de fornecer algumas ferramentas de análise, dados concretos, resultados de pesquisas recentes ou teorias alternativas para que possam perceber, primeiro, que as condições de realização da propriedade são o resultado de múltiplas facetas da atividade humana, não somente da decisão dos legisladores. Devemos ultrapassar o texto da lei para chegar às relações sociais que conformam os direitos de propriedade, pois, mesmo que não mudem os nomes das coisas e as leis, isso não significa que não haja transformação nas concepções das coisas e no modo de propor e aplicar as leis. Assim, não devem nos interessar somente as condições legais, ou nominais, da propriedade, mas o conjunto de elementos relacionados com as formas diárias de se chegar aos recursos, as práticas diárias de acesso à terra, a distribuição social do produto e das rendas dela advindos, elementos que podem condicionar e ser condicionados por diferentes formas de desfrutar os chamados direitos de propriedade.

Muitos historiadores e juristas agrários partem do modelo atual de propriedade da terra para analisar direitos de propriedade de outras épocas, e com isso incorrem em alguns lugares comuns. Primeiro, rotulam como encargos, ou como estorvos, os elementos que impediam o gozo absoluto desse bem em tempos passados. Segundo, negam a condição de direitos de propriedade àqueles que desapareceram, sejam os senhoriais ou os comunais, no século XIX. Terceiro, encaram que a propriedade privada da terra deve ser protegida pelo Estado. Quarto, não se dão conta de que a proteção de alguns direitos de propriedade significou a desproteção de outros, num longo processo histórico que envolveu conflitos entre agentes e interesses de classe distintos. Por último, reforçam a ideia de que a propriedade é definida apenas pelas leis e códigos, e que os Estados Nacionais são os únicos responsáveis por seu sucesso ou fracasso. Em síntese, imbuídos da ideia de superioridade da propriedade privada moderna, não conseguem analisar com neutralidade o processo de implantação histórica de novos direitos de propriedade nem a destruição de antigas formas de acesso e gozo de recursos naturais.

Indo na contramão destas práticas, gostaríamos de reforçar a diversidade dos direitos e práticas de uso e acesso à terra, isto é, as diferentes formas de ser proprietário que intervêm e atuam na sociedade. Encaramos que esses direitos estão condicionados aos interesses concretos de grupos que atuam em sociedade a partir de estratégias próprias, a quem chamaremos de 'proprietários práticos'. Assim se pode compreender porque um governo decide proteger certos direitos de propriedade em um determinado momento, e porque leis supostamente neutras foram efetivamente condicionadas pelo embate concreto entre direitos de propriedade e 'proprietários práticos' conflitantes. A tarefa do historiador dos direitos de propriedade seria, a nosso ver, se perguntar, para cada contexto, que direitos se exerciam, que direitos eram contestados, que direitos eram reivindicados, e por quem.

Atingir esse objetivo demanda, antes de tudo, algum conhecimento de base sobre a construção histórica da ideia de propriedade da terra. Este conceito está geralmente calcado em interpretações diversas do direito romano. No caso da história do Brasil, a pergunta certamente nos

3

remeterá a uma análise mais aprofundada da forma que se pensaram, se efetivaram e como conflitaram diferentes direitos de propriedade, levando em consideração os meandros do processo de colonização, da implementação do direito costumeiro português—as Ordenações—e, no século XIX, da construção do novo direito agrário nacional—a Lei de Terras—com inspiração nos códigos liberais europeus. Nesse momento, tentaremos ultrapassar uma exegese circular do texto legal para levar em consideração resultados de pesquisa que mostram a implementação contraditória da propriedade privada da terra no seio de uma sociedade estratificada, onde a terra não era uma mercadoria e a propriedade não era absoluta.

Referências Bibliográficas

1. Grossi, Paolo. História da propriedade e outros ensaios. Rio de Janeiro: Renovar,

2006. (pp. 1-42). PDF

2. Grossi, Paolo. Mitologias jurídicas da modernidade. Florianópolis: Fundação

Boiteux, 2007 (Cap 2 - pp. 47-84). PDF

3. Grossi, Paolo. História social e dimensão jurídica. Meritum, Belo Horizonte, v. 4, p.

5-26, jul / dez. 2009. PDF

4. Grossi, Paolo. Primeira Lição Sobre Direito. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

5. Congost, Rosa. Tierras, leyes, historia: estudios sobre 'la gran obra de la

propriedad'. Barcelona: Critica, 2007. (Introdução: pp. 11-35; Cap 1 - pp. 39-68; e

Cap. 3 - pp. 95-117). PDF

6. Machado, Ironita A. P. Rosa Congost: Historia, el derecho y la realidade de las

construcciones sociales en la gran obra de la propiedad. História: Debates e

Tendências. V. 17, n. 2, Jul/dez de 2017 (p. 374-384). PDF

7. Pedroza, Manoela. Rumo a uma história social da propriedade da terra no Brasil.

In: _____. Por Trás Dos Senhorios: Senhores E Camponeses Em Disputa Por Terras,

Corpos E Almas Na América Portuguesa (1500-1759). Jundiaí: Paco Editorial, 2020.

(Cap 1 - pp. 21-48). PDF

8. Congost, Rosa, and Rui Santos. "Working out the Frame: From Formal Institutions

to the Social Contexts of Property." Contexts of Property in Europe: The Social

Embeddedness of Property in Land in Historical Perspective. Eds. Congost, Rosa and

Rui Santos. Vol. 5 da coleção Rural History in Europe. Turnhout, Bélgica: Brepols,

2010 (pp. 15-38). PDF

9. Santos, Rui. Direitos de Propriedade Fundiária e Estratificação Social Rural: um

contributo sociológico. In: Garrido, Álvaro; Costa, Leonor Freire e Duarte, Luís

Miguel (Eds.). Economia, Instituições e Império: estudos em homenagem a

Joaquim Romero Magalhães. Coimbra: Almedina, 2012 (pp. 277-293). PDF

10. Congost, Rosa, Gelman, Jorge e Santos, Rui. Introduction e Property Rights in land:

institutions, social appropriations, and sócio-economic outcomes. In: Congost,

Rosa, Gelman, Jorge e Santos, Rui (eds). Property Rights in Land: issues in social,

economic and global history. London / New York: Routledge, 2017. (pp. 1-8 e 177-

205). PDF

11. Grossi, Paolo. História da propriedade e outros ensaios. Rio de Janeiro: Renovar,

2006 (pp. 42-62).

12. Grossi, Paolo. A Ordem Jurídica Medieval. 1995. Biblioteca Jurídica Wmf. São Paulo:

WMF Martins Fontes, 2014. PDF

13. Grossi, Paolo. Mitologias jurídicas da modernidade. Florianópolis: Fundação

Boiteux, 2007 (Cap. 1 - pp. 23-34). PDF

14. Mora, Fernando Esteves e Ortego, Javier Hernando. Régimen Comunal y economía

moral en el Antiguo Régimen. La lenta transformación de los derechos de

propiedad en Madrid, siglos XV-XVIII. In: Congost, Rosa, e Lana, Jose Miguel (eds).

Campos Cerrados, Debates Abiertos: Análisis Histórico Y Propriedad De La Tierra En

Europa (Siglos XVI-XIX). Coleção Historia, Vol. 22, Navarra: Universidad Pública de

Navarra, 2007 (pp. 173-200). PDF

15. Lana Berasain, Jose Miguel e Iriarte Goñi, Iñaki. Concurrencia y jerarquización de

derechos de apropiación sobre los recursos: bienes comunales en Navarra. In:

Congost, Rosa, e Lana, Jose Miguel (eds). Campos Cerrados, Debates Abiertos:

Análisis Histórico Y Propriedad De La Tierra En Europa (Siglos XVI-XIX). Coleção

Historia, Vol. 22, Navarra: Universidad Pública de Navarra, 2007 (pp. 201-231). PDF

16. Neto, Margarida Sobral. Propriedade e renda fundiária em Portugal na Idade

Moderna. In: Motta, Márcia Maria Menendes (Ed.), Terras Lusas: a questão agrária

em Portugal. Niterói: EdUFF, 2007 (pp. 13-30). PDF

17. Staut Jr, Sérgio. Introdução às "situações reais" na Idade Média. RJLB. Ano 5, n.2,

2019 (pp. 1693-1702) PDF

18. Béaur, Gérard, Rosa Congost, and Pablo Luna. "Emphyteusis: A Practical Question?" In: Congost, Rosa and Pablo Luna (eds). Agrarian Change and Imperfect Property: Emphyteusis in Europe (16th to 19th Centuries). Vol. 15. Rural History in Europe. Turnhout, Belgium: Brepols, 2018. (pp. 11-38). (disponível para venda)

19. Congost, Rosa. Qué es la propiedad moderna? Belém do Pará: 2012. PDF

20. Serrão, José Vicente. Introdução. In: Serrão, José Vicente; Direito, Bárbara; Rodrigues, Eugénia e Miranda, Susana Munch (Eds.). Property Rights, Land and Territory in the European Overseas Empires. Lisboa: CEHC, ISCTE-IUL, 2014 (pp. 7-20). PDF

21. Hespanha, António Manuel. "Porque É Que Existe E Em Que Consiste Um Direito Colonial Brasileiro." In: PAIVA, Eduardo França (ed). Brasil-Portugal: Sociedade, Culturas E Forma De Governar No Mundo Português (Séculos XVI-XVIII). São Paulo: Anablume, 2006 (pp. 21-41). PDF

22. Silva, Ligia Osório. Terras devolutas e latifúndio: efeitos da lei de 1850. Campinas: UNICAMP. 1996. (Cap. 2 - pp. 41-62). PDF

23. Varela, L. B. Das Sesmarias à propriedade moderna: um estudo de história do direito brasileiro. Rio de Janeiro: Renovar. 2005. (pp. 19-107). PDF

24. Lima, Ruy Cirne Pequena história territorial do Brasil: sesmarias e terras devolutas Brasília - DF: ESAF. 1988. (PP. 15-47)

25. Pedroza, Manoela. Senhorios, capitanias e sesmarias em disputa: reinterpretando algumas teses sobre a apropriação territorial na colonização da América Portuguesa (1375-1677). Rev. hist. comp. 2020, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 08-44. PDF

26. Alveal, Carmen Margarida Oliveira. "De Senhorio Colonial a Território De Mando: Os Apossamentos De Antônio Vieira De Melo No Sertão Do Ararobá (Pernambuco, Século XVIII)." Revista Brasileira de História 2015: 41-64. PDF

27. Alveal, Carmen Margarida Oliveira. "Transformações Na Legislação Sesmarial, Processos De Demarcação E Manutenção De Privilégios Nas Terras Das Capitanias Do Norte Do Estado Do Brasil." Estudos Históricos 2015: 247-63. PDF

28. Almeida, Alfredo Wagner Berno de. Terra de quilombo, terras indígenas, "babaçuais livre", "castanhais do povo", faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas. Manaus: PGSCA-UFAM, 2008. PDF

29. Silva, Ligia Osório. Terras devolutas e latifúndio: efeitos da lei de 1850. Campinas: UNICAMP. 1996. (pp. 63-104) PDF

30. Martins, José de Sousa. A vida privada nas áreas de expansão da sociedade Brasileira. In: NOVAIS, F. A. S., Lilian Moritz, (eds.). História da Vida Privada no Brasil (Contrastes da intimidade contemporânea). São Paulo: Companhia das Letras, vol.4, 1994 (pp. 659-685). PDF

31. Silva, Francisco Carlos Teixeira. Pecuária e formação do mercado interno no Brasil-colônia. Estudos Sociedade e Agricultura, v. 8, p. 119-156, 1997. (disponível em <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/oito/francis8.htm>). PDF

32. Linhares, Maria Yedda. "Pecuária, Alimentos E Sistemas Agrários No Brasil (Séculos XVII e XVIII)." Tempo 1996: 132-50. PDF

33. Pedroza, Manoela. "Passa-Se Uma Engenhoca: Ou Como Se Faziam Transações Com Terras, Engenhos E Crédito Em Mercados Locais E Imperfeitos (Freguesia De Campo Grande, Século XVIII-XIX)." Varia Historia: 2010, (pp.241-66). PDF

34. Pedroza, Manoela. "Algumas Possibilidades De Acumulação Fora Do Mercado Da Elite Imperial Brasileira No Século XIX (Fazenda Imperial De Santa Cruz, Rio De Janeiro, 1808-1840)." História e Economia: Revista Interdisciplinar 2015: 67-86. PDF

35. Azevedo, Paulo Furquim. "Nova Economia Institucional: Referencial Geral E

- Aplicações Para a Agricultura." Agric. 2000: 33-52. PDF
36. Béaur, Gérard e Chevet, Jean-Michel. Institutional changes and agricultural growth. In: Béaur, Gérard, Schofield, Philipp R. et al (orgs.) Property Rights, Land Markets and Economic Growth in the European Countryside (Thirteenth - Twentieth Centuries) Turnholt, Belgium: Brepols, 2013. (pp. 19-68). (disponível para venda)
37. Congost, Rosa. Tierras, leyes, historia: estudios sobre 'la gran obra de la propiedad'. Barcelona: Critica. 2007 (Cap. 4 - pp. 121-157). PDF
38. Grossi, Paolo. Mitologias jurídicas da modernidade. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2007 (pp. 34-46). PDF
39. Grossi, Paolo. História da propriedade e outros ensaios. Rio de Janeiro: Renovar, 2006. (pp. 62-84; 123-137). PDF
40. Bello, Enzo. A teoria política da propriedade na era moderna: ascensão e crítica do individualismo possessivo. Quaestio iuris, v. 5, n. 1, 2012 (pp. 220-241). PDF
41. Holmberg, Tom. The Civil Code: An Overview. PDF Disponível em http://www.napoleon-series.org/research/government/code/c_code2.html
42. Comby, Joseph. Right to property and ownership, from the « Declaration of Rights » to the « Civil Code ». 2021. Disponível em https://www.agter.org/bdf/en/corpus_chemin/fiche-chemin-926.html.
- Ou 41. Comby, Joseph. Le droit de propriété, de la Déclaration des droits au Code civil, 2004 (versão original em francês). Disponível em www.comby-foncier.com PDF
43. Thompson, Edward Palmer. Senhores e Caçadores: a origem da lei negra. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987 (pp. 297-360). PDF
44. Thompson, Edward Palmer. Os trabalhadores rurais. In: _____. A Formação Da Classe Operária Inglesa: A Maldição De Adão. Oficinas Da História. Vol. 2. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987 (pp. 39-69). PDF
45. Congost, Rosa. Tierras, Leyes, Historia: Estudios Sobre "La Gran Obra De La Propiedad" [in Espanhol]. Crítica Del Mundo Moderno. Barcelona: Crítica, 2007. (Capítulo 2 - pp. 69-93 e Capítulo 6, pp. 191-218) PDF
46. Marx, Karl. A Assim Chamada Acumulação Primitiva In: O Capital: Crítica Da Economia Política. Vol. 1, Livro Primeiro, Tomo 2, capítulos XIII a XXV. São Paulo: Nova Cultural, [1864] 1996. PDF
47. De Moor, Tine. A função do comunal. A trajetória de um comunal em Flandres durante os séculos XVIII e XIX. In: Congost, Rosa, and José Miguel Lana, eds. Campos Cerrados, Debates Abiertos: Análisis Histórico Y Propiedad De La Tierra En Europa (Siglos Xvi-Xix). Vol. 22. Navarra: Universidad Pública de Navarra, 2007 (pp. 111-139). PDF
48. Bonales Cortéz, Jacinto. Individualismo agrícola y comunidad rural en el Pirineo Catalán y Andorra. In: Congost, Rosa, and José Miguel Lana, eds. Campos Cerrados, Debates Abiertos: Análisis Histórico Y Propiedad De La Tierra En Europa (Siglos Xvi-Xix). Vol. 22. Navarra: Universidad Pública de Navarra, 2007 (pp. 141-171). PDF
49. Marino, Daniela. La desamortización de las tierras de los pueblos (Centro de México, siglo XIX) Balance historiográfico y fuentes para su estudio. América Latina en la Historia Económica, v. 8, n. 16, 2001 (pp. 33-43). PDF
50. Bessaoud, Omar. Les tribus face à la propriété individuelle en Algérie. Sénatus-Consulte de 1863 et loi Warnier de 1873. European Rural History Conference. Girona, 2015. DOCX
51. Congost, Rosa; Bodinier, Bernard e Luna, Pablo F. (eds). De la Iglesia al Estado: las desamortizaciones de bienes eclesiásticos en Francia, España y América Latina. Zaragoza: Prensas Universitarias de Zaragoza, 2009. (disponível para venda)
52. Quijas, Aquiles Omar Ávila. "Ejidos: Una Categoría Bisagra En La Formación De Los Derechos De Propiedad En Antigua Guatemala, Siglo XIX." European Rural History Conference, 2015. PDF
53. Neto, Margarida Sobral. "As Estruturas Agrárias: A Força Da Tradição." Revista de

História 1990: 129-35. PDF

54. Carvalho, José Murilo de. A política de terras: o veto dos barões. In. Teatro de Sombras: a política imperial. Rio de Janeiro: Relume Dumará / UFRJ (pp. 303-325).

PDF

55. Motta, Márcia Maria Menendes. Nas fronteiras do poder: conflitos de terra e direito agrário no Brasil na segunda metade do século XIX. Rio de Janeiro: Vício de Leitura - Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. 1998 (pp. 159-187). PDF

56. Silva, Ligia Osório. Terras devolutas e latifúndio: efeitos da lei de 1850. Campinas: UNICAMP. 1996 (pp. 127-179). PDF

57. Martins, José de Souza. O Cativo da Terra. 9a ed. São Paulo: HUCITEC, 1998 (pp. 23-34). PDF

58. Neto, Margarida Sobral. "La Contestation Anti-Seigneuriale Au Portugal À L'époque Moderne (XVIIe et XVIIIe Siècles)." Les Lutttes Anti-Seigneuriales Dans L'Europe Médiévale Et Moderne. Eds. Brunel, Ghislain and Serge Brunet: Presses Universitaires du Mirail, 2009 (pp. 149-66). PDF

59. Pedroza, Manoela. "A Economia Moral Dos Pobres Na Colônia: Como Descobrir E Como Interpretar? (Fazenda De Santa Cruz, Capitania Do Rio De Janeiro, 1760-1783)." XIII Congresso Brasileiro de História Econômica, Criciúma, 2019. PDF

60. Thompson, Edward Palmer. "A Economia Moral Da Multidão Inglesa No Século XVIII" e "Economia Moral Revisitada". In: _____. Costumes Em Comum. São Paulo: Companhia das Letras, 1998 (pp. 150-266). PDF
